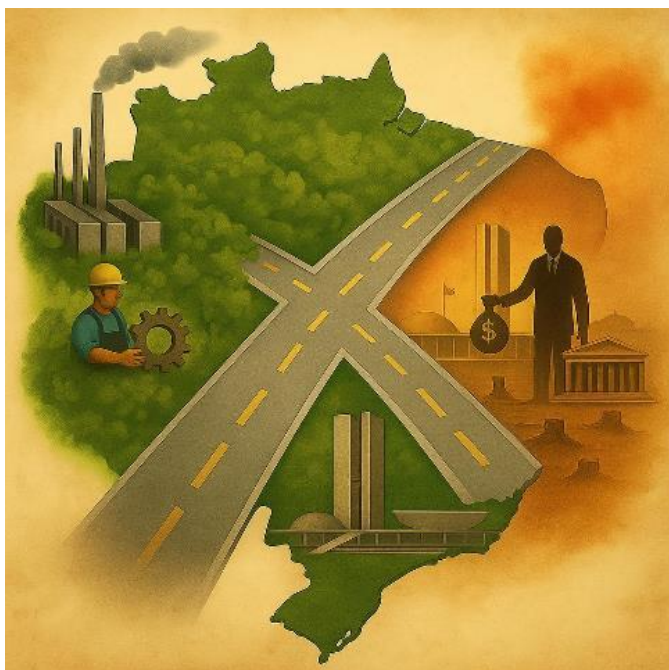


Brasília-DF, 14 de novembro de 2025

O Brasil na encruzilhada: o assalto ao Estado, a soberania em xeque e o sentido da República

Enquanto forças internas e externas promovem o desmonte, a resistência da classe trabalhadora se torna a última trincheira da democracia e dos direitos

por José Reginaldo Inácio



Vivemos um momento de persistentes tentativas de erosão do Estado brasileiro. Não se trata de uma crise passageira, mas de um projeto político que há décadas persegue o desmonte. O que testemunhamos são esforços ininterruptos dos reacionários e neoliberais pela implosão da máquina pública, da própria *República*, transformando o Estado – que deveria ser o garantidor de direitos e o promotor do bem comum – em um ente falido em sua missão primordial.

Este Estado falhado, como bem apontam as reflexões que compartilho, desorganiza a proteção social e destrói a estrutura pública. Adota uma *pedagogia de Eroses*, corroendo as bases da dignidade humana. Quando o aparato de segurança pública é tutelado pelo crime e a corrupção se torna uma marca estrutural, a vida da população, especialmente a mais pobre e trabalhadora, perde valor. Negar direitos fundamentais é o primeiro passo para a eliminação simbólica e física de cidadãos, como ocorreu na mais letal chacina, de 28/10, nos complexos do Alemão e da Penha, conjuntos de favelas na zona norte da capital fluminense – uma operação que se vestiu com a mesma narrativa de “guerra ao narcoterrorismo” utilizada para justificar políticas genocidas, como as

de Israel apoiadas pelos EUA, e as investidas de Trump contra a Venezuela. Esta retórica, importada e aplicada por figuras como Cláudio Castro e seus apoiadores, serve como licença para o extermínio, tornando-se um instrumento de morte que aniquila o interesse coletivo. Neste cenário, as decisões políticas perdem totalmente o valor, pois além de não refletir o interesse coletivo, faz pior, o extermina, coloca em xeque o próprio sentido da *República*, sua proclamação – 15 de novembro –, como mera efeméride esvaziada, enquanto seus *Poderes* são tornados inúteis.

A chamada “Reforma Administrativa” é a face mais perversa desse projeto. Ela não visa eficiência, mas a ruína da estrutura estatal até suas bases. Ao sinalizar o serviço público como um mal a ser extirpado, promove-se o desmonte e a privatização do próprio Estado. Isso nos empurra para a inutilidade do processo político e da democracia, esvaziando o sentido da participação na vida pública. Neste contexto o Estado se transforma, assim, em uma agência reguladora funcional para o crime organizado, a cada dia mais travestido entre e como a parte pérfida da elite empresarial e dominante, que dizima, saqueia e explora nosso povo e nosso território. Fraudar, sonegar, traficar, devastar, mutilar e matar tornam-se atos de subserviência a um “deus mercado” desumano.

O tabuleiro geopolítico: Onde o Brasil se encaixa nesse Jogo?

Estes esforços pelo desmonte não ocorrem no vácuo. Eles são cruciais para entender o contexto geopolítico que influencia e é influenciado por essas escolhas. A retórica do narcoterrorismo, por exemplo, não é um fenômeno isolado: é uma ferramenta geopolítica legitimadora de agressões, desde a política genocida de Israel – apoiada incondicionalmente pelos EUA – até as tentativas de invasão e desestabilização da Venezuela. No Brasil, essa mesma narrativa é ecoada para justificar operações de extermínio, como a de 28/10, alinhando taticamente segmentos do Estado brasileiro a um projeto imperial de controle e supressão.

Neste cenário, um dos epicentros opacos das disputas contemporâneas é a guerra pelos recursos naturais estratégicos. A correlação de forças entre EUA, China e Rússia – com a Ucrânia sendo um palco dessa disputa – e o interesse das potências petrolíferas e mineradoras giram em torno do controle de minerais críticos, como as terras raras, e das reservas de petróleo. A Venezuela, com a maior reserva petrolífera do mundo, é alvo constante precisamente por isso. O Brasil, dotado de imensas reservas de minerais estratégicos, petróleo do pré-sal e um território continental, encontra-se no centro deste tabuleiro. A

Brasília-DF, 14 de novembro de 2025

soberania nacional é, portanto, a linha de frente: a desestabilização política e o desmonte do Estado são pré-condições para que se entregue esse patrimônio à pilhagem das grandes potências e corporações, transformando nossa riqueza em mero combustível para suas guerras e lucros, enquanto nos deixam o rastro de destruição.

Os Estados Unidos, em sua disputa estratégica global, buscam reindustrializar sua economia. Esta movimentação, embora crie tensões comerciais, também sinaliza a valorização da indústria e, por consequência, do trabalho formal. É um contraponto à financeirização extrema, mas é uma disputa pela hegemonia tecnológica e industrial, na qual o Brasil não pode ser mero coadjuvante ou colônia.

Do outro lado, a China aprofunda suas relações na América do Sul, com investimentos em infraestrutura e compra de commodities. Essa relação é ambígua: gera receita, mas pode nos aprisionar em um papel de exportador de recursos primários, reprimizando nossa economia e fragilizando nossa indústria de valor agregado. A dependência excessiva é um risco à nossa soberania industrial e à qualidade dos empregos.

Nosso vizinho ilustra o extremo dessa equação. A Argentina, segue em um período de forte "ajuste" (neo)liberal, buscando destruir políticas de proteção social e reindustrialização. É um laboratório vivo dos efeitos devastadores do fundamentalismo de mercado e da subsequentemente tentativa de correção de rota.

O Brasil, neste tabuleiro, está no centro da disputa. Se nos guiarmos pela opção de desmonte do Estado e pela venda do patrimônio público, nos alinharemos a um projeto subserviente, que nos condena a ser um mero fornecedor de recursos para as potências, sem gerar desenvolvimento interno e bons empregos para o nosso povo.

A resistência como projeto: a classe trabalhadora na vanguarda da reconstrução

Diante desse cenário desolador, a luz no fim do túnel vem da organização e da luta da classe trabalhadora. Os avanços que tivemos recentemente – fruto de intensas mobilizações de trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos – mostram o caminho.

A luta pela redução da jornada de trabalho, pelo fim da escala desumana 6x1 e a recente conquista da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000,00 não representam apenas uma agenda organizada contra retrocessos ou meras conquistas materiais. São a reafirmação de que a política pode e deve servir ao povo. São a prova de que a guinada política para a esquerda, quando ancorada nos

movimentos sociais e sindicais, é capaz de frear a barbárie e recolocar o Estado a serviço da maioria.

É urgente intensificarmos essas mobilizações. A unidade entre os setores público e privado é fundamental. O servidor não é o inimigo; é o professor, o médico, o agente de fiscalização que garante que os direitos, mesmo os conquistados na iniciativa privada, sejam respeitados. A luta por um Estado forte não é pela manutenção de privilégios, mas pela garantia de que a saúde, a educação, a segurança e a infraestrutura cheguem a todos, criando um ambiente onde a indústria possa prosperar com emprego e renda de qualidade.

O Brasil que queremos não é um Estado falhado, servil aos interesses do mercado internacional. Também não é um Estado autoritário e ineficiente. O Brasil que lutamos para construir é uma nação soberana, com um Estado democrático e social, forte e indutor do desenvolvimento, que regula a economia para que esta gere riqueza com justiça social. A trajetória para esse país passa, inevitavelmente, pela valorização do trabalho e pela defesa intransigente de um Estado a serviço do povo. Esta é a nossa trincheira e a nossa esperança.

Chicão palestra na COP30: Sindicato dos Eletricitários Lança 'Plano Verão' para proteger trabalhadores



Eduardo Annunziato (Chicão), presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (STIEESP) e Secretário de Educação da CNTI

Em um painel de destaque na COP30, o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (STIEESP) e Secretário de Educação da CNTI, Eduardo Annunziato (Chicão) representou a voz dos trabalhadores brasileiros no debate crucial sobre as consequências da crise climática no ambiente de trabalho. Convidado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para

Brasília-DF, 14 de novembro de 2025

integrar o Painel 2 — "Mudança Climática, Estresse Térmico e Impactos na Saúde e Segurança do Trabalho", Chicão alertou para a urgência de regulamentar a exposição ao calor extremo e lançou o "Plano Verão" da categoria.

O painel, realizado na tarde desta quinta (13) na Sala Uruçu do Pavilhão Brasil, destacou a relação direta entre o aumento das temperaturas e o risco ocupacional. Chicão afirmou que o estresse térmico já é uma realidade dolorosa para todos os trabalhadores, citando o reconhecimento do problema por instituições como a OIT (Organização Internacional do Trabalho). "Todas as instituições reconhecem o efeito do calor no dia a dia. Se a gente não regulamentar essa atividade, o trabalhador vai adoecer," afirmou o presidente.

O sindicalista enfatizou que o calor não é apenas um incômodo, mas um risco fatal, capaz de causar a hipertermia, falência de órgãos e o aumento de acidentes de trabalho. Ele explicou que o estresse térmico é a soma de três fatores críticos: temperatura do ambiente, taxa metabólica e também o calor gerado pelo EPI e uniforme.

Chicão ressaltou que, para o Eletricitário, o uso de uniformes de proteção total em temperaturas de 40°C pode levar o trabalhador a um estado febril em poucos minutos, aumentando sintomas como tontura, náusea e câibras.

'Plano Verão': pausas obrigatórias e monitoramento diário

Para combater essa ameaça, o STIEESP está implementando o "Plano Verão", um sistema inédito de alertas e pausas obrigatórias. O Sindicato adquiriu termômetros que medem o Índice de Bulbo Úmido - Termômetro de Globo (IBUTG) e vai distribuir nas subseções para monitoramento contínuo.

Os alertas serão enviados diariamente via WhatsApp para toda a categoria, informando as medições de temperatura em horários críticos (10h, 11h, 12h, 13h, 14h e 15h).

O plano define limites de tolerância e ações específicas para cada faixa de temperatura.

Por exemplo:

24,1 °C a 26,7 °C será o alerta de hidratação
26,8 °C a 28,0 °C - Pausa Leve: 15 minutos de repouso para cada 45 minutos de trabalho.
28,1 °C a 29,4 °C - Pausa Moderada: 30 minutos de repouso, alerta máximo contra tontura e exaustão.
29,5 °C a 31,1 °C - Pausa Extrema: 45 minutos de repouso para cada 15 minutos de trabalho.

Acima de 31,1 °C - Stop Work (Parada Imediata): Não há condição de continuar o trabalho.

Exigência em Acordo Coletivo e exemplo para o País

O Sindicato está exigindo, via Acordo Coletivo, que as empresas incluam a taxa metabólica e as medições do IBUTG no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) dos trabalhadores, caracterizando a exposição à insalubridade e seus riscos.

"O trabalhador Eletricitário ficou muito orgulhoso desse chamado. É o primeiro Plano Verão," concluiu Chicão, que também sugeriu que as Prefeituras e órgãos públicos emitam alertas de calor à população, assim como fazem para tempestades. O objetivo é que a iniciativa do STIEESP sirva de modelo para a preservação da vida e saúde em outras categorias.



Fonte: Eletricitários

STF pode derrubar trechos da reforma da Previdência e mudar regras; entenda



Idosa com dinheiro recebido de benefício do INSS.
Foto: Reprodução

A reforma da Previdência aprovada em 2019 pode ser alterada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que

Brasília-DF, 14 de novembro de 2025

analisa ações contra pontos centrais das regras atuais. A emenda constitucional 103 mudou idade mínima, cálculo de benefícios, alíquotas de contribuição e criou novas transições.

Agora, 13 ações diretas de inconstitucionalidade contestam essas mudanças, e o julgamento deve ser retomado em 3 de dezembro. A divergência entre ministros já indica possíveis revisões que afetariam tanto o INSS quanto servidores públicos.

Um dos temas com maioria formada é o tempo mínimo de contribuição das servidoras públicas, hoje de 20 anos. A tendência do STF é igualar esse requisito ao do INSS, que exige 15 anos. Outro ponto com maioria contrária ao texto de 2019 é a autorização para que estados e municípios cobrem contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo. Essa cobrança, criada pela reforma, já está em vigor em várias administrações.

Caso esse entendimento seja derrubado, haveria impacto direto nas contas públicas. Estados e municípios perderiam parte relevante da arrecadação destinada a sustentar os regimes próprios de previdência, alguns deles com déficits bilionários.

Municípios que já aprovaram reformas locais poderiam ver cair a arrecadação que sustenta o pagamento de aposentadorias, ampliando o rombo atuarial. Hoje, o déficit total dos regimes próprios municipais ultrapassa R\$ 1 trilhão.

Outro tema na pauta é o cálculo da aposentadoria por incapacidade permanente. A regra atual paga 60% da média salarial, com acréscimo de 2% ao ano após o tempo mínimo. Essa fórmula faz com que quem se aposenta por doença grave receba menos do que quem recebe auxílio-doença, calculado em até 91% da média salarial. A ação que questiona esse redutor está no tema 1.300 e terá efeito para todo o país.

O STF também vai julgar a constitucionalidade das novas regras da aposentadoria especial. A reforma criou idade mínima de 55 a 60 anos, conforme o risco da atividade, e proibiu a conversão do tempo especial em comum.

Na prática, trabalhadores expostos a agentes nocivos que não completam o tempo mínimo passaram a não ter vantagem alguma na contagem do período insalubre, o que gerou contestação. Outra cobrança é a falta de estudos para justificar as novas idades e a ausência de diferenciação entre homens e mulheres.

Há ainda discussão sobre a idade mínima das mulheres policiais, tratada em ação separada. A

reforma igualou a idade mínima de homens e mulheres dessa categoria, fixando 55 anos, mas liminar já considera essa simetria inconstitucional.

A regra está suspensa enquanto o julgamento não é concluído. Outro tema em debate é a diferença entre servidoras públicas, que precisam de 20 anos de contribuição, e seguradas do INSS, que precisam de 15.

As decisões esperadas podem alterar profundamente a aplicação da reforma da Previdência, que começou a valer em 13 de novembro de 2019 e passou a ser aplicada integralmente após a regulamentação de 2020. Pontos como cálculo de benefícios, idade mínima em atividades de risco e regras de contribuição de servidores estão na mira do STF, que deve definir os rumos da política previdenciária nos próximos meses.

Fonte: DCM

 **Convite**
As táticas de negociação para ACTs/CCTs:

 **19 de novembro 2025**

 **Secretaria Regional Nordeste**
Rua do Riachuelo, 105 Edifício Círculo Católico, sala 501/507 Recife - Boa Vista

 **08h**

 **Palestrante**
Eduardo Annunziato
Secretário de Educação

Para mais informações:
(01) 98298-9175 - Secretário regional
ISRAEL FERREIRA DE TORRES
(11) 3346-2795 - DANIELE

 **CNTI**

www.cnti.org.br   @cnti